

# A Rússia e a Segurança Europeia

Carlos Gaspar

*Professor de Relações Internacionais da Universidade Lusíada e Assessor da Presidência da República*

## Resumo

O presente artigo mostra como o fim da guerra fria permitiu uma europeização da posição internacional da Rússia, quando a antiga super-potência perdeu o seu estatuto central no sistema internacional, tornando-se uma potência regional europeia e quando o seu regime se aproxima da matriz ocidental. Todavia, tal como no passado, a Rússia de hoje não é imune a bruscas oscilações identitárias entre o Oriente e o Ocidente, se é que pertence *de jure* a qualquer destes marcos.

## Abstract

*The present article shows how the end of the Cold War allowed a europeanization of the international position of Russia, when the old superpower lost its central statute in the international system, becoming a European regional power and when its regimen approaches itself to the occidental matrix. However, such as in the past, the Russia of today is not immune to the dark oscillations between the East and the West, presuming that it belongs de jure to any of these landmarks.*

Benjamin Disraeli disse da Rússia que tinha duas faces, uma europeia, virada para Oriente, outra asiática, virada para Ocidente. A fórmula resume uma concepção estratégica corrente, quer nas percepções externas, quer nas percepções russas, onde se sublinha a dualidade resultante da história do velho império, europeu sem ser ocidental, oscilando entre a vontade de ocidentalização e um reflexo isolacionista, por vezes acompanhado de uma visão messiânica contra o declínio do Ocidente.

Essa dualidade, porém, não deve esconder que a Europa é o centro das políticas externas russas e que a Rússia é parte integrante do sistema de Estados europeu, desde o século XVIII<sup>1</sup>. O império czarista pertence ao Concerto Europeu, desde a sua constituição, como membro da coligação vencedora das guerras napoleónicas. A Rússia e a União Soviética travam as duas grandes guerras mundiais do século XX quase exclusivamente na frente europeia e, mesmo durante a Guerra Fria, quando a competição entre o império soviético e os Estados Unidos domina a política internacional, o centro da divisão bipolar está na Europa, na Alemanha e em Berlim.

Por certo, essa regra tem excepções. O império czarista concentra-se no avanço das suas fronteiras no Cáucaso e na Ásia Central, depois da Guerra da Crimeia, e na divisão do império chinês, no fim do século XIX. A União Soviética quis repetir o seu modelo de revolução periférica na Índia e na China e, a seguir à tomada do poder comunista em Pequim, o centro de gravidade da sua estratégia de expansão desloca-se para a frente asiática. No mesmo sentido, o ciclo de expansão ultramarina, entre a unificação comunista do Vietname e a invasão soviética do Afeganistão, marca uma fase de divergência do padrão eurocêntrico.

Dito isso, no final desses curtos intervalos, o regresso à Europa é obrigatório. Na sequência da guerra sino-japonesa de 1905, o império russo volta à política europeia, tal como a União Soviética, trinta anos depois e, nos anos sessenta, a ruptura com a China anuncia a recentragem soviética na **détente** europeia e bipolar. No mesmo sentido, a longa marcha periférica no último período de expansão conclui-se com a **perestroika** e a visão de uma “Casa Comum Europeia”, que encerra a possibilidade de uma viragem ocidentalista.

---

1 Hajo Holborn. *Russia and the European political system* in Ivo Lederer, editor (1962). *Russian foreign policy*: 377-416. New Haven: Yale University Press.

## O fim do império

O fim da União Soviética é, ao mesmo tempo, o fim do movimento comunista internacional e o fim do último dos impérios europeus e, em ambos os sentidos, fecha um período prolongado de isolacionismo messiânico e marca o regresso da Rússia à procura do seu lugar na Europa.

Os primeiros passos da sequência de crises cujo desfecho será o fim do império soviético começam por ir no sentido oposto, numa tentativa de defender o **status quo** da Guerra Fria. O propósito da **perestroika** de Mikhail Gorbachev, que se torna o sétimo e último Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética em Março de 1985, é a reconstituição do regime comunista, ameaçado pela decadência ideológica, arruinado pela competição estratégica com os Estados Unidos e minado pelo atraso crescente da economia. A sua estratégia repete o modelo canónico de Lenine em Brest-Litovsk: trocar espaço por tempo, ceder território para salvar o regime **bolchévik**<sup>2</sup>.

O recuo estratégico da União Soviética garante, desde logo, uma trégua no seu isolamento internacional e uma segunda **détente** nas relações com os Estados Unidos e a Europa Ocidental, consolidada com os acordos sobre a eliminação das armas nucleares de alcance intermédio, a retirada soviética do Afeganistão e a saída cubana de Angola. Por outro lado, a mudança nas políticas internas e externas do centro cria divisões no bloco soviético e abre caminho às estratégias de abertura política na Polónia e na Hungria, autorizadas em nome da “doutrina Sinatra”<sup>3</sup>. Mais uma vez, trata-se de reduzir o fardo imperial, abrir caminho à “Casa Comum Europeia” e reformar os regimes comunistas para demonstrar a compatibilidade entre um “socialismo de rosto humano” e os valores ocidentais. Todavia, a aceleração dos processos de mudança, precipitada pelas eleições polacas de Junho de 1989, que confirmam a ausência de legitimidade democrática do partido comunista, vai provocar, nos seis meses seguintes, a deposição sucessiva não só dos regimes reformistas na Polónia e na Hungria, como dos regimes ortodoxos na Checoslováquia, na Bulgária, na Roménia e na República Democrática alemã. O sentido da reforma não é a mudança dentro

---

2 Sobre o fim do regime comunista russo, ver Martin Malia (1994). *The Soviet tragedy. A history of socialism in Russia (1917-1991)*. Nova York: Free Press.

3 O nome, uma charge à velha “doutrina Brejnev”, resulta de uma canção célebre de Frank Sinatra, “My way”, evocada por Gennadi Guerassimov, o porta-voz de Mikhail Gorbachev, para explicar que cada um dos regimes comunistas no bloco soviético podia seguir o seu próprio caminho para o socialismo.

dos regimes comunistas mas a sua substituição, feita em nome do regresso à Europa, que significa a transição para a democracia pluralista, para o Estado de direito e para a economia de mercado<sup>4</sup>.

A União Soviética não pode parar a “revolução reformista”<sup>5</sup> sem opor ao processo democrático uma intervenção militar, e não pode recorrer à força sem comprometer a credibilidade reformista da **perestroika** e a posição de Mikhail Gorbachev no centro soviético. Nesse sentido, a revolução liberal europeia é irresistível.

Na etapa seguinte, o rápido esboroamento do regime comunista na Alemanha Oriental abre caminho à re-unificação alemã: a mudança no equilíbrio ideológico implica a mudança nos equilíbrios estratégicos. Em menos de doze meses, a União Soviética deixa cair o seu Estado alemão, sem conseguir sequer impor um estatuto de neutralidade para a Alemanha unificada. Pelo contrário, no termo de uma concertação intensa com os Estados Unidos, Mikhail Gorbachev aceita que a Alemanha possa escolher as suas alianças sem constrangimentos, sem ter quaisquer dúvidas sobre a decisão alemã de permanecer na comunidade de defesa transatlântica. Essa linha de continuidade garante outra: a Alemanha mantém a sua posição formal como potência não-nuclear, que pode ser mais difícil de assegurar no caso da sua neutralidade<sup>6</sup>. Quarenta e cinco anos depois da vitória em Berlim, os acordos de Julho de 1990 marcam o início da grande retirada estratégica do Exército soviético.

O concerto bipolar prolonga-se na crise iraquiana. Em Agosto de 1990, quando o Presidente dos Estados Unidos decide não aceitar a anexação do Koweit como um facto consumado, a diplomacia norte-americana obtém a garantia indispensável do apoio da União Soviética, o único aliado externo do Iraque. Essa **entente cordiale**, porém, nada pode fazer para conter o fracasso da **perestroika**, que resulta, sobretudo, das divisões internas do próprio centro comunista, acentuadas pela perda do “império externo”. A “revolução de cima para baixo”, imposta por Mikhail Gorbachev e pela geração comunista reformadora, transforma-se numa “revolução de baixo para cima”.

---

4 Gale Stokes (1993). *The walls came tumbling down. The collapse of communism in Eastern Europe*. Nova York: Oxford University Press.

5 Uma “revolução”, segundo Timothy Garton Ash (1990). *The Magic Lantern: the revolution of '89*. Nova York: Random House.

6 Robert Zelikow, Condoleezza Rice (1995). *Germany unified and Europe transformed*. Cambridge: Harvard University Press. Robert Hutchings (1997). *American strategy and the end of the cold war*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

De certa maneira, a viragem na União Soviética resulta de uma convergência, muito clássica, entre as tendências liberais e os movimentos nacionalistas, nomeadamente a ressurgência do nacionalismo russo que se afirma, talvez paradoxalmente, contra o imperialismo comunista<sup>7</sup>. Essa fusão vai concretizar-se na eleição democrática de Boris Yeltsin, o candidato da oposição democrática, como o primeiro presidente da Federação russa.

A polarização interna entre Mikhail Gorbachev e Boris Yelstin é uma luta entre a vontade da Rússia que quer recuperar a sua soberania e a vontade do império que quer conservar a sua força<sup>8</sup>. Esse conflito provoca uma escalada que culmina com a tentativa falhada de golpe de Estado de 19 de Agosto de 1991, comandada pela linha mais ortodoxa da direcção soviética. O suicídio do regime comunista<sup>9</sup>, por sua vez, torna inevitável o fim da União Soviética.

A força das tendências centrípetas no “império interno” manifesta-se desde o início da **perestroika**. As primeiras tensões surgem no Kazaquistão, depois no Cáucaso, onde se multiplicam os conflitos locais, e nas repúblicas bálticas, que reclamam a sua independência no dia 23 de Agosto de 1989, a data da assinatura, sessenta anos antes, do acordo entre a União Soviética e a Alemanha nazi. O corte decisivo vem da Ucrânia, onde, no **referendum** de 1 de Dezembro de 1991, mais de noventa por cento dos votantes, incluindo a maioria da população russa, se pronunciam a favor da secessão. Oito dias depois, na cimeira de Minsk, os presidentes da Rússia, da Ucrânia e da Bielorrússia anunciam a sua decisão de retirar as três repúblicas eslavas da União Soviética e de constituir uma Comunidade de Estados Independentes, à qual se vão somar todas as outras antigas repúblicas soviéticas, com excepção da Georgia, da Lituânia, da Letónia e da Estónia.

No dia 25 de Dezembro de 1991, Mikhail Gorbachev entrega a Boris Yeltsin os códigos de lançamento das armas estratégicas nucleares, símbolo do poder da União Soviética. Ao mesmo tempo, no mastro principal do Kremlin, a bandeira vermelha, com a estrela de cinco pontas e a foice e o martelo, é arreada e substituída pela bandeira tricolor, sem a águia imperial de duas cabeças: no fim da terceira revolução russa, a bandeira da revolução de Fevereiro de 1917 volta a ser hasteada no lugar donde fora retirada pela revolução **bolchévik** em Outubro de 1917. No outro extremo do século XX, por cima dos escombros do totalitarismo, a democracia constitucional na Rússia tem uma segunda oportunidade.

---

7 No sentido de Alexandre Solzhenitsyn, quando disse, em 1975, que “a União Soviética não é um império dominado por uma nação mas por um partido político.”

8 A fórmula é de Galina Starovoitova, dirigente da oposição democrática russa.

9 Michel Heller classifica assim o golpe de Estado de 19 de Agosto de 1991.

## A década de transição

O resultado da tentativa falhada de reforma comunista, com a dissolução da União Soviética, a segunda maior potência internacional, é o equivalente estrutural do resultado de uma grande guerra hegemônica: o fim do império soviético marca o fim da Guerra Fria.

No entanto, esse resultado não só se obtém sem disparar um tiro, como os aliados ocidentais estão ao lado de Mikhail Gorbachev, até ao último momento. No mesmo sentido, o fim da Guerra Fria é único também porque termina com um período de concertação sem precedentes entre os Estados Unidos e a União Soviética, decisivo para garantir a transição pacífica no termo dos regimes comunistas na Europa de Leste, na unificação da Alemanha e na decomposição do império soviético.

É impossível subestimar as consequências da mudança para a Rússia, onde se inicia uma tripla transição do regime político, do modelo económico e da natureza do Estado. A legitimação democrática das instituições políticas torna-se obrigatória, embora a volatilidade do sistema de partidos impeça a estabilização de um regime de pluralismo político. A desmilitarização – o orçamento de defesa é reduzido em noventa por cento – e a liberalização da economia avançam, nomeadamente com as privatizações e a abertura internacional, sem que desapareçam os reflexos estatistas e as tentativas de comando político da economia. A mudança do Estado post-soviético é condicionada por uma configuração inédita do espaço e da composição demográfica. Desde logo, a Rússia perde os territórios conquistados durante trezentos anos de expansão na frente ocidental, na Transcaucásia e na Ásia Central mas preserva a escala continental, com a Sibéria e o Extremo Oriente. Por outro lado, enquanto na União Soviética os russos representam metade da população, o Estado sucessor, com três quartos de russos, torna-se mais homogêneo, com fortes minorias em países contíguos, nomeadamente no Kazaquistão, na Ucrânia ou nas repúblicas bálticas.

O fim da União Soviética impõe a mudança do modelo de distribuição do poder internacional, do mapa da Europa e do lugar da Rússia no sistema internacional. Sem a divisão bipolar, a Rússia deixa de ser a outra grande potência, o centro da Europa desloca-se para Ocidente e as linhas de demarcação europeias avançam para a periferia oriental: a Ucrânia passa a estar entre a Europa Ocidental e a Rússia. Há, paralelamente, uma europeização da posição internacional da Rússia, quando a antiga super-potência perde o seu estatuto central no sistema internacional para se tornar uma potência regional europeia e quando o regime comunista anti-ocidental é substituído por uma democracia eleitoral que se reclama dos valores europeus. A aproximação à Europa, paradoxalmente,

traduz-se numa distância crescente: por um lado, a ausência da ameaça estratégica implica uma perda de interesse do lado ocidental e, por outro lado, os problemas da transição para a democracia na Rússia sublinham as suas diferenças na comparação com os regimes liberais europeus.

Numa fase inicial, durante os três ou quatro primeiros anos da transição, prevalece a tendência de ocidentalização, em coerência com a evolução interna do regime post-comunista do presidente Boris Yeltsin. Nesse quadro, as políticas externas<sup>10</sup> assumem uma linha de integração e de dependência em relação aos Estados Unidos e à Europa Ocidental, que se traduz na vontade expressa de adesão à Aliança Atlântica e ao conjunto das instituições da aliança das democracias. De certo modo, essa orientação prolonga as políticas de Gorbachev e garante o reconhecimento internacional da Rússia como Estado sucessor da União Soviética, incluindo o seu estatuto como a única potência nuclear entre as repúblicas post-soviéticas e o seu lugar de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Porém, esse alinhamento externo, reforçado pela afirmação reiterada da identidade europeia da Rússia, pela entrada no Conselho da Europa e pela participação política no G-8, não pode impedir que a realidade do declínio post-soviético se torne evidente. Desde logo, as prioridades da política externa russa são os problemas internos da política soviética, a começar pelas relações com os outros membros da Comunidade de Estados Independentes, classificados pela diplomacia oficial como o “estrangeiro próximo”<sup>11</sup>. Por outro lado, a Rússia não perdeu só os inimigos da União Soviética, também perdeu os seus aliados, a maior parte dos quais se quer vincular à União Europeia e à Aliança Atlântica, cuja expansão oriental ameaça tornar a Rússia ainda mais periférica<sup>12</sup>. Enfim, a primeira guerra da Chéchenia<sup>13</sup> não

- 
- 10 Sobre as políticas externas da transição post-soviética, ver Leon Aron, Kenneth Jensen, editores (1995). *The emergence of Russian foreign policy*. Washington: The United States Institute of Peace. Neil Malcolm, Alex Pravda, Roy Allison, Margot Light (1996) *Internal factors in Russian foreign policy*. Londres: Allen and Unwin. Bobo Lo (2002). *Russian foreign policy in the post-Soviet era: reality, illusion and mythmaking*. Nova York: Macmillan. Ver também o programa do ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, Andrei Kozyrev (1993). “Russia’s foreign policy concept”. *International Affairs* (Moscow) 1: 14-16.
  - 11 Mark Smith (1993). *Pax Russica: Russia’s Monroe doctrine*. Londres: Royal United Services Institute. Andrei Zagorsky (1994). “Reintegration in the former USSR?” *Aussenpolitik* 3: 263-272. Ver também Richard Sakwa. Mark Webber (1999). “The Commonwealth of Independent States, 1991-1998: stagnation or survival?” *Europe-Asia Studies* 51 | 3 |: 379-415.
  - 12 Richard Kugler (1996). *Enlarging NATO. The Russia factor*. Santa Monica: Rand. J.L.Black (2000). *Russia faces NATO expansion: bearing gifts or bearing arms?* Londres: Rowman&Littlefield. Sobre o debate russo, ver Conselho de Política Externa e de Defesa (CPED). *Russia and NATO*, 25 de Maio de 1995.
  - 13 Anatol Lieven (1998). *Chechnya: the tombstone of Russian power*. New Haven: Yale University Press.

só revela o estado das forças armadas russas, como provoca protestos ocidentais contra a repressão.

A perda do estatuto de grande potência internacional vai traduzir-se numa nostalgia imperial e num ressentimento anti-ocidental, com a emergência de uma linha restauracionista e de um neo-eurasianismo, que dominam uma segunda fase na política externa russa, entre 1994 e 1999.

Essa tendência valoriza as qualidades únicas da posição geográfica da Rússia, entre o Ocidente e o Oriente, que lhe impõem o estatuto de grande potência como o seu destino histórico<sup>14</sup>. As dificuldades do momento são uma pausa: como na frase de Gorchakov, na sequência da derrota na Guerra da Crimeia, **“la Russie ne boude pas, elle se recueille”**<sup>15</sup>. A re-equilíbrio geopolítica defende a ideologia da multipolaridade para se demarcar dos Estados Unidos e procura na China e na Índia novas alianças, nomeadamente numa tentativa de federar uma “coligação soberanista” contra a intervenção militar ocidental no Kosovo.

Os resultados dessas políticas são negativos. A pressão hegemónica sobre a Comunidade de Estados Independentes cria as condições para a Ucrânia<sup>16</sup> reunir à sua volta a Geórgia, o Uzbequistão, o Azerbaijão e a Moldávia num agupamento conhecido pelas iniciais dos Estados membros, o GUUAM; a brutalidade da intervenção em Grozny radicaliza a resistência nacionalista e islâmica e impõe uma segunda guerra; a linha multipolar serve para confirmar que a Rússia não tem aliados.

Para conter os riscos de marginalização, a Rússia assina, em 1997, um acordo bilateral com a Aliança Atlântica e normaliza as suas relações com a Ucrânia, incluindo o reconhecimento das fronteiras bilaterais, e participa, com os Estados Unidos e os aliados europeus, no Grupo de Contacto que impõe os termos da paz nas guerras de secessão jugoslava, bem como nas forças internacionais estacionadas nos Balcãs sob comando da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Porém, os sinais de isolamento tornam-se mais pesados e óbvios<sup>17</sup>.

14 Segundo Natalia Narochnitskaya, a missão da Rússia é ser “um contrapeso geopolítico e espiritual ao Ocidente para salvaguardar a variedade do mundo.” Natalia Narochnitskaya (2004). “Russia in the new geopolitical context”. *International Affairs (Moscow)* 50 | 1 | : 61.

15 Ver a conferência do ministro dos Negócios Estrangeiros no segundo centenário de Gorchakov. Evgenii Primakov (1998). “Russia and the world. A lecture in honor of Chancellor Gorchakov”. *International Affairs (Moscow)* 44 | 3 | : 7-12.

16 Sobre o problema da Ucrânia, ver Sherman Garnett (1997). *Keystone in the arch. Ukraine in the emerging security environment of Central and Eastern Europe*. Washington: Carnegie Endowment for Democracy and Peace. Taras Kuzio, Andrew Wilson (2000). *Ukraine: perestroika to independence*. Londres: Macmillan.

17 Vladimir Baranovsky (2000). “Russia: a part of Europe or apart from Europe?” *International Affairs* 76 | 3 | : 443-458. Ver também Dmitri Trenin (2001). *The end of Eurasia. Russia between geopolitics and globalization*. Moscovo: Carnegie Moscow Center.

## O 11 de Setembro

A resposta russa ao 11 de Setembro é pronta e clara. Vladimir Putin, o sucessor de Boris Yeltsin, é o primeiro a telefonar a George W. Bush e a expressão da sua solidariedade é vista como uma escolha decisiva a favor da linha ocidentalista.

Nos meses seguintes, a Rússia está ao lado dos Estados Unidos no Conselho de Segurança, na guerra do Afeganistão e na luta contra o terrorismo pan-islâmico, que considera como um prolongamento da sua própria luta na Chéchenia, e também no Cáucaso e na Ásia Central. Em vez de opor à dinâmica estratégica norte-americana uma resistência ineficaz, o presidente Putin apoia o estacionamento de militares norte-americanos no Tadjiquistão e na Kirguízia e, numa fase posterior, na Geórgia, em que, pela primeira vez, tropas dos Estados Unidos se instalam no território da antiga União Soviética. No mesmo sentido, não protesta contra a decisão do presidente Bush que revoga unilateralmente o tratado ABM, nem contraria um segundo alargamento da Aliança Atlântica, que inclui não só a Roménia e a Bulgária, como as três antigas repúblicas bálticas soviéticas.

Para a Rússia, a re-centragem da política norte-americana na luta contra o terrorismo e a proliferação das armas de destruição maciça é essencial, uma vez que torna possível a sua passagem de parceiro periférico para um estatuto de aliado relevante.

A viragem de Putin não é uma mudança súbita<sup>18</sup>. Desde a sua eleição, em Março de 2000, o novo Presidente demarca-se do estilo contestatório do seu predecessor e regressa a uma política mais europeísta, sem, naturalmente, prescindir da parceria estratégica entre a Rússia e a China ou das tradicionais boas relações com a Índia. A abertura à Grã-Bretanha e, depois, à Alemanha são os primeiros sinais da nova política, que é confirmada numa cimeira bilateral com o novo Presidente norte-americano, em Junho de 2001. Esses passos representam um reconhecimento dos limites do poder da Rússia, com a preponderância internacional dos Estados Unidos e a emergência de uma “unipolaridade pluralista”<sup>19</sup>, onde as outras grandes potências internacionais começam por ser grandes potências regionais.

---

18 Sobre a parte de mudança e de continuidade na estratégia russa depois do 11 de Setembro, ver as análises contrastadas de Bobo Lo e Richard Sakwa. Bobo Lo (2003). Vladimir Putin and the evolution of Russian foreign policy. Londres: RIIA, Chatham House Papers. Richard Sakwa. “Putin’s foreign policy after 11 September: radical or revolutionary?” in Gabriel Gorodetsky, editor (2003). *Russia between East and West*: 39-57. Londres: Frank Cass. Ver também Alexei Arbatov (2001). “A Russian note of caution”. *Survival* 43 | 4 | : 149-154.

19 A fórmula pertence a Alex Bogaturov, citada por William Wohlforth (1996). “Redefining security. Russia’s intellectual adjustment to decline”. *Harvard International Review* 19 | 1 | : 12.

Nesse sentido, as prioridades de Vladimir Putin são, internamente, ultrapassar a fase de transição e construir um Estado forte, restaurando a autoridade do centro político e, externamente, ultrapassar as divisões mais pronunciadas dentro da Comunidade de Estados Independentes e, sobretudo, reduzir as tensões entre a Rússia e a Ucrânia, renunciando aos velhos métodos imperiais<sup>20</sup>. Os avanços nesse domínio, durante o seu primeiro mandato, são significativos. Embora sem se integrar no tratado de Tashkent, a Ucrânia assume a presidência da Comunidade de Estados Independentes, aceita participar numa área de livre comércio com a Rússia, a Bielorrússia e o Kazaquistão e normaliza as relações económicas com o seu principal fornecedor de energia. Paralelamente, o Uzbequistão e a Moldávia voltam-se para Moscovo, deixando o antigo GUUAM reduzido a uma Iniciativa do Mar Negro e do Mar Cáspio. Enfim, as relações entre a Rússia e os membros estáveis do Tratado de Defesa Colectiva – o Kazaquistão, a Kirguízia, o Tadjiquistão, a Bielorrússia e a Arménia – tornam-se uma verdadeira aliança<sup>21</sup>.

O “novo realismo” está em marcha desde antes do 11 de Setembro, mas a ofensiva terrorista pan-islâmica consolida essa estratégia, onde se conjugam, por um lado, o maior equilíbrio na relação com os Estados Unidos e a Europa ocidental e, por outro lado, uma crescente concertação entre o conjunto das grandes potências internacionais, estimulada pela campanha anti-terrorista norte-americana. A parte da Rússia nesse novo modelo tentativo de ordenamento internacional decorre tanto do seu estatuto de preponderância no espaço post-soviético, como de uma experiência impar de cooperação com outras grandes potências, nos últimos anos, que inclui a unificação da Alemanha e a desnuclearização da Ucrânia, em **tandem** com os Estados Unidos, bem como o Grupo de Contacto, onde também participam a Alemanha, a Grã-Bretanha e a França, ou o Grupo dos Seis, onde norte-americanos e russos estão empenhados, com a China e o Japão, em resolver a questão nuclear coreana.

De certa maneira, uma estratégia duradoura da Rússia deve poder articular a sua especificidade como equilibrador entre a aliança ocidental e a China, com um lugar de direito próprio no concerto das grandes potências. A estabilidade dessa posição depende, na parte internacional, da relação com os Estados Unidos e, na parte regional, da preponderância russa na Comunidade de Estados Independentes, que só pode ser seriamente perturbada pela Ucrânia.

---

20 Richard Sakwa (2004). *Putin: Russia's choice*. Londres: Routledge.

21 Yann Breault, Pierre Jolicœur, Jacques Lévesque (2004). *La Russie et son ex-empire*: 53-80. Paris: Presses de Sciences Po.

As relações com os Estados Unidos são postas à prova, mais uma vez, com a invasão do Iraque. Desde o início da ofensiva contra o “Eixo do Mal”, a Rússia toma posição contra uma intervenção militar norte-americana no Médio Oriente. No momento crucial, está ao lado da França e da Alemanha, bem como da China, no “Eixo da Paz”, enquanto os analistas russos constataam a emergência, tão esperada durante décadas, de “dois ocidentais” – o “ocidente próximo” e o “*far west*”<sup>22</sup>. Porém, a frente anti-americana não tem consistência estratégica e desfaz-se logo a seguir ao fim das hostilidades. Os Estados Unidos reconhecem o facto na fórmula da sua resposta: “**punish France, forget Germany, forgive Russia**”<sup>23</sup>. A Rússia não só é perdoada como a diplomacia norte-americana insiste em que as relações bilaterais nunca foram tão boas. De facto, passe a questão iraquiana, os sinais relevantes na política externa apontam nesse sentido. As duas maiores potências nucleares assinam um acordo de redução das armas estratégicas ofensivas nucleares | SORT | que prevê mecanismos de consulta bilateral, a Rússia fortalece a sua presença na Aliança Atlântica, com a criação do Conselho dos 20, e passa a ser membro de pleno direito do G-8<sup>24</sup>. O seu estatuto como grande potência é confirmado e, sobretudo, a Rússia deixa de ser representada como um caso perdido e recupera a imagem de um parceiro construtivo e necessário na luta contra a barbárie terrorista. Mais importante, não obstante a resistência da escola geopolítica russa, irredutível na sua teoria sobre o cerco ocidental que visa apropriar-se da “elipse energética” do Médio Oriente e do Cáucaso, os dois velhos inimigos assumem partilhar uma percepção comum das ameaças principais à sua segurança, uma condição prévia indispensável para institucionalizar uma cooperação competitiva no triângulo estratégico formado pela Rússia, pelos Estados Unidos e pela Europa Ocidental<sup>25</sup>.

Nos últimos anos, a Rússia teve uma evolução notável em todos os domínios. O sentido essencial das mudanças marca o regresso a uma tendência de ocidentalização, tanto na transição política, como na reforma económica e na orientação internacional<sup>26</sup>.

---

22 Dmitri Trenin (2003). “Piroettes and priorities. Distilling a Putin doctrine”. *The National Interest* 74: 80.

23 A frase, naturalmente apócrifa, é atribuída a Condoleezza Rice.

24 Angela Stent, Lilia Shevtsova (2002). “America, Russia and Europe: a realignment?” *Survival* 44 | 4 | : 124. Ver também Robert Legvold (2002). “All the Way: Crafting a U.S.-Russian Alliance”. *The National Interest* 70: 21-31. Dov Lynch (2004). “Russia’s strategic partnership with Europe”. *The Washington Quarterly* 27 | 2 | : 99-118.

25 Anatolii Torkunov (2004). “Russia and the West”. *International Affairs (Moscow)* 50: 4.

26 Com as nuances indispensáveis, nomeadamente na parte económica, ver Andrei Shleifer, Daniel Treisman (2004). “A normal country”. *Foreign Affairs* 83 | 2 | .

Todavia, tal como o império czarista e a União Soviética, a Rússia post-soviética não é imune a movimentos bruscos, que revelam não apenas as suas vulnerabilidades, mas também uma ambiguidade identitária e uma ansiedade existencial, acentuada pela recorrência dos debates entre as correntes “atlantistas” e “euro-asiáticas”, que reproduz a divisão entre “europeístas” e “pan-eslavistas”, no século XIX, e entre o “internacionalismo comunista” e o “socialismo num só país”, no período soviético.

As últimas crises, com a perseguição da nova oligarquia empresarial, a brutalidade do resgate dos reféns de Beslan ou a tentativa de manipular, grosseiramente, a eleição presidencial ucraniana, mostram a outra face da Rússia. O alinhamento ocidental nas políticas externas não significa que os Estados Unidos ou os seus aliados possam admitir a co-optação estratégica da Ucrânia para a esfera de influência russa, ignorar a repressão na Chéchnia, ou desvalorizar os limites impostos pela “democracia controlada” na política interna. O preço da integração da Rússia no círculo ocidental é uma avaliação mais exigente dos seus comportamentos e a reacção típica às críticas externas é um ensimesmamento e um ressentimento, que podem voltar a provocar uma viragem anti-democrática, anti-liberal e anti-ocidental.

Piotr Chaadayev diz dos russos que “não pertencemos a nenhuma das grandes famílias da humanidade, nem ao Ocidente, nem ao Oriente, e não temos as tradições nem de uma, nem da outra. Nós existimos fora do tempo”. Falta traduzir essa especificidade incontornável num modelo estável de Estado, de regime e de posição internacional, que garanta a estabilidade indispensável para a Rússia se reconciliar, finalmente, com o seu tempo, e poder, assim, reforçar a segurança europeia.